

Actas del
IX Congreso Internacional
de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval

(A Coruña, 18-22 de septiembre de 2001)

II

Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval, 2005.

© Carmen Parrilla
© Mercedes Pampín
© Toxosoutos, S.L.

Primera edición, agosto 2005

© Toxosoutos, S.L.
Chan de Maroñas, 2
Obre - 15217 Noia (A Coruña)
Tfno.: 981 823855
Fax.: 981 821690
Correo electrónico: editorial@toxosoutos.com
Local en la red: www.toxosoutos.com

I.S.B.N. obra conjunta: 84-96259-72-2
I.S.B.N. volumen: 84-96259-74-9
Depósito legal: C-2072-2005

Impreso por Gráficas Sementeira, S.A. - Noia
Reservados todos los derechos

O *leal conselheiro* e a tradição do *Espelho de Príncipe*: considerações sobre o gênero

Márcio Ricardo Coelho Muniz

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

A existência de um gênero denominado *espelho de príncipe* parece não levantar dúvidas nos estudiosos da literatura política medieval. Quase toda a crítica refere esses escritos como um corpo unitário, constitutivo de um gênero literário. Aqueles que não utilizam a expressão *espelho de príncipe* recorrem a outros termos, como *tratado* ou *regimento de príncipe*, de modo geral sugeridos pelos títulos das obras que analisam. Os estudos são também unânimes em apontar o século XIII como o momento em que o gênero se consolida, ganhando sua formatação definitiva, e alcançando pleno desenvolvimento nos três séculos seguintes.

Todavia, os que se dedicam a essa literatura são pouco precisos no que diz respeito à caracterização do gênero *espelho de príncipe*. Parece que a todos basta, para defini-lo, o fato de as obras se dirigirem a um príncipe ou governante, com intenção pedagógica de sistematizar, segundo uma perspectiva moralizante, a arte de governar. Assim, por exemplo, Diego Quaglioni, em texto no qual investiga o modelo do príncipe cristão nessa literatura especular, desde a Idade Média até o começo da Idade Moderna, preocupasse de início em definir o gênero: “il genere letterario degli *specula principum* costituisce [...] un corpo nettamente caratterizzato, sia dal punto di vista formale sia sotto il riguardo della sua funzionalità”.¹ No entanto, o faz de forma vaga, pois, em seguida relativiza o “nettamente caratterizzato”, dizendo que “la sua

¹ Diego Quaglione, “Il modelo del principe cristiano: gli *specula principum* fra Médio Evo e prima Età Moderna”, em *Modelli nella storia del pensiero político*, I, Coordenação de V. I. Comparato, Leo S. Olschki, Florença, 1987, p. 103.

specificità deve tuttavia essere colta entro la piú ampia cornice della letteratura medievale degli *specula*, la quale, a sua volta, può in massima parte essere ricondotta al vastissimo genere dei florilegi morali e spirituali” (*Id.*, p. 103). Sem apontar, ao longo do texto, quais são as especificidades formais do gênero, que o distinguem dos “florilegi morali e spirituali”, e parecendo entender como “funcionalidade” o caráter didático moralizante apontado, Quagliani mantém a imprecisão ao definir o *espelho de príncipe* “come una forma secolarizzata di quella grande branca dei ‘florilegi spirituali’ aventi finalità pedagogiche o didattiche” (*Id.*, p. 103). A secularização de escritos espirituais é, pelo que afirma o crítico, o grande elemento distintivo do gênero, já que os *espelhos de príncipes* são uma reflexão moral sobre o poder civil, mas calcada sobre modelos e símbolos religiosos.

Por sua vez, Nair de Nazaré Castro Soares, em estudo sobre o príncipe ideal na obra de D. Jerônimo Osório, esboça uma definição que amplia significativamente o campo de ação do gênero. Segundo Soares,

desde o séc. IV a. C. até o séc. XVI aparece realmente uma ininterrupta série de *specula principum*, dirigida a imperadores, reis, príncipes, detentores do poder senhorial ou cidadão em que, à parte o elogio e louvor dos dedicandos, se contém toda uma ética de funcionalismo laico, com a exaltação dos fundamentos e das relações do poder, enfim toda uma teorização política. Esta debruça-se sobre o ideal do governante, suas responsabilidades e deveres, sobre o bom governo e a melhor forma de constituição, os conselheiros e familiares do príncipe, as normas de uma boa administração, a formação e educação do príncipe, exemplo vivo de uma comunidade.²

A datação inicial apresentada por Soares remete às obras de Isócrates, em particular *A Nicocles*, considerada pela autora, concordante com boa parte da crítica, a primeira “obra sistemática em prosa, dedicada exclusivamente a este tema [a educação do

² Nair de Nazaré Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerônimo Osório*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1994. pp. 13-14.

príncipe]” (*Id.*, p. 26). O período abarcado pelo gênero é bastante extenso, alcançando o séc. XVI ainda um momento de esplendor. O caráter laico desses escritos é também sublinhado pela autora, bem como se amplia o grupo dos destinatários que, além dos príncipes, parece incluir outros nobres, não necessariamente chefes supremos, mas “detentores do poder senhorial ou cidadão”. Além desses dados, entram no esboço de definição de Soares alguns dados comuns ao *espelho de príncipe*: seu objetivo (“o ideal do governante”) e alguns dos *topoi* mais constantes (“as responsabilidades e deveres” do príncipe, a “melhor forma de constituição” de um bom governo, o cuidar dos “conselheiros e familiares”, as normas de uma boa administração”, a preocupação com “a formação e educação do príncipe”). No entanto, percebe-se que não se tem ainda uma caracterização do gênero, embora este não seja, é bom que se diga, o objetivo central do estudo de Soares. Mas, por diversas vezes, como no exemplo dado, a autora expressa uma preocupação em definir o gênero,³ sem, todavia, sistematizá-lo, optando por abrir ao máximo o leque de possibilidades:

desde a época helenística, séc. IV a. C. aos finais do séc. XVI, o *gênero dos tratados de educação de príncipes ou governantes* percorreu um longo caminho: espalhou-se em terrenos variados, ganhou formas diversas, adquiriu colorações e tonalidades em detrimento de outras, que se foram esbatendo ou mesmo desvanecendo. No entanto, é possível seguir-lhe o rasto, rastrear-lhe as suas componentes, apurar-lhe a sua identidade própria, adaptada a cada momento temporal. (*Id.*, p. 94, grifos nossos)

Soares aceita como pertencentes ao gênero obras integralmente dedicadas ao tema da educação do príncipe, de caráter tratadístico, obras em que apenas partes são dirigidas ao assunto, outras de gênero definido, como as epístolas, mas que demonstrem preocupação com a formação do governante, e até mesmo escritos de cunho ficcional, como novelas e textos teatrais, nos quais, por

³ Tomem-se como exemplos o que se diz nas páginas 53, 68, 80, 94, 96, 100 e 126: tentativas não declaradas de delinear para o leitor elementos que constituem o gênero de que trata.

questões contextuais, sejam percebidas intenções didático-moralizantes relativas ao príncipe.⁴

Por sua vez, Ana Isabel Buescu dá alguns passos no sentido da delimitação do gênero.⁵ Revelando sintonia com quase toda a crítica que lhe antecede, para Buescu um dos elementos caracterizadores do gênero é o fato de ele ser “constituído por uma vastíssima literatura de caráter político, moral, pedagógico e normativo relativa ao príncipe que pretende fixar a imagem do perfeito governante” (*Id.*, p. 30). O caráter preceptivo e o direcionamento discursivo no sentido de um governante são, sem dúvida nenhuma, marca dessa literatura. Muito embora encontremos intuítos normativos em outros gêneros literários, bem como textos jurídicos, religiosos e filosóficos também direcionados à figura do príncipe.

Buescu arrola ainda uma série de *topoi* que são comuns a esses escritos políticos: a expressão de uma concepção organicista da sociedade, a defesa da monarquia como regime político ideal, a explicitação do papel e da importância do cultivo de cada uma das virtudes cardeais, a exaltação do ideal de rei sábio, justo, guerreiro e que governe pelo bem comum, relacionada àquelas virtudes, a condenação da tirania, a preocupação com a representação da pessoa do monarca em seus aspectos interiores e exteriores etc. (*Id.*, p. 64 e ss.). No entanto, se é verdade que esses *topoi* são comuns ao gênero *espelho de príncipe* e que podem colaborar em sua definição, não se pode deixar de observar que esses e outros

⁴ Cfr. por exemplo, pp. 53, 126, 178, 179. Algo similar afirma Lester Kruger Born, em seu clássico texto sobre o assunto: “Numerous treatises have been written on the subject from time of classical antiquity itself. Sometimes the discussions formed incidental parts of larger works; sometimes they were units in themselves [...]. Some of them were prepared for the use of a particular prince and follow what seemed expedient for him; others have a distinctly pedagogical form and, although dedicated to some one prince, are really intended for the use of children of all nobility; and still others theorize on the subject of government in general”. Lester Kruger Born, “The Perfect Prince: a Study in Thirteenth and Fourteenth Century Ideals”, *Speculum*, 3 (1928), pp. 470-471.

⁵ Ana Isabel Buescu, *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*, Cosmos, Lisboa, 1996.

tópicos estão presentes em diversos outros gêneros, como os panegíricos e os tratados teológico-políticos.

Como se vê, é missão árdua a de caracterizar o *espelho de príncipe*. A simplificação estabelecida por Quaglione, a ampliação do campo de ação do gênero sugerida por Soares, e mesmo a tentativa mais cuidadosa de delimitação proposta por Buescu não alcançam as especificidades do próprio gênero, não só no que diz respeito à identificação das obras exclusivamente dedicadas à educação do príncipe, às possíveis e, de certo modo, conhecidas variações destas, bem como à influência que o tema exerceu nas outras expressões literárias do período ou mesmo em distintas correntes de pensamento, que não políticas.

Na tarefa de definição do gênero, devemos buscar os aspectos específicos, distintivos de sua particularidade. Tendo nítidas quais as marcas caracterizadoras do *espelho de príncipe*, aquelas que o distinguem de gêneros similares ou próximos, todo o trabalho analítico-interpretativo desses escritos tornar-se-á mais produtivo e preciso. Porém, cabe perguntar se efetivamente existirá um gênero literário a que podemos chamar *espelho de príncipe*. Que ligação terão obras pertencentes a ele com outras em cujos títulos encontramos a palavra “espelho”? Quais serão as características específicas que distinguem este gênero de outros que se lhe assemelham, como os tratados teológico-políticos, os florilégios, as glosas, as miscelâneas morais?⁶ Encaminhem-se respostas.

Einar Már Jónsson, em *Le Miroir: naissance d'un genre littéraire*, considera a existência de um gênero literário, *Le Miroir*, que se caracteriza pela presença da palavra “miroir” nos títulos de sua obra.⁷ Numa perspectiva mais filosófica do que literária, Jónsson rastreia o sentido da imagem especular desde a Antigüidade até a

⁶ Sob a denominação de “gêneros didático-ensaísticos”, Berrio e Calvo incluem alguns dos gêneros apontados. *vid.* Antonio García Berrio e Javier Huerta Calvo, *Los géneros literarios: sistema e historia*, Cátedra, Madrid, 1999, p. 218 e ss.

⁷ “C’est cependant à l’intérieur de cette atmosphère de ‘dispersion’ du symbolisme catoptrique qu’apparaît quelque chose de tout à fait nouveau: un genre littéraire qui se caractérise par l’emploi du mot ‘miroir’ dans les titres”, Einar Már Jónsson, *Le miroir: naissance d’un genre littéraire*, Belles Lettres, Paris, 1995, p. 157.

Baixa Idade Média. A partir dos escritos de Sêneca, observa que “le symbolisme catoptrique”⁸ possui na Antigüidade duas funções básicas: “la connaissance de soi en vue d’une amélioration physique ou morale, et celle de la vision indirecte” (*Id.*, p. 60). Estas duas funções estão na base das duas formas que o “simbolismo catóptrico” assume na Antigüidade tardia: a primeira, ligada ao simbolismo da visão indireta, subdivide-se em dois domínios distintos: o espelho reflete a partir dos atos e da aparência exterior a alma humana, e, em outra perspectiva, a criatura espelha o criador; já a segunda, relacionada à função “de la connaissance de soi”, assume a forma de dois *topoi*, “le miroir de l’âme” e “le miroir-modèle”, por meio dos quais podemos melhor nos conhecer. Ao longo deste percurso, são produzidas duas sínteses: “l’élaboration de ce symbolisme par la pensée neoplatonicienne –Plutarco, São Paulo e Plotino– (‘la première synthèse’) et finalement son utilisation par les théologiens chrétiens de la fin de l’Antiquité –São Gregório de Nisse e Santo Agostinho– (‘la deuxième synthèse’)” (*Id.*, p. 63).

Desse movimento de construção e utilização do símbolo catóptrico e das duas sínteses produzidas resultaram as duas primeiras obras do gênero *miroir*: a primeira, *Le Miroir d’Augustin*; a segunda, por volta do ano mil, *Le Miroir d’Albert*. No entanto, segundo Jónsson, como ambos são florilégios de textos morais, retirados do Velho e do Novo Testamento (*Id.*, p. 121), portanto, espelho do verdadeiro “espelho” que é a *Bíblia*, e como não continuaram ao longo do tempo uma tradição, não se pode ainda falar do gênero plenamente constituído⁹. Na realidade, para o

⁸ “Pour la commodité, nous appelons les diverses métaphores tirées de l’usage du miroir en tant qu’objet concret le ‘symbolisme catoptrique’”, *Id.*, p. 16.

⁹ “En fait le *Miroir d’Augustin* et le *Miroir d’Albert* sont simplement des exemples de l’idée répandue du miroir de la Révélation. C’est à ce mode de vision que se réfère leur titre, à l’origine commun, c’est-à-dire *Miroir* tout court, auquel les noms propres ont été ajoutés plus tard, et de façon non systématique, par souci de précision: le vrai miroir est la parole divine révélée par l’intermédiaire d’écrivains inspirés et saints, et si dans ces cas le livre est une sorte de ‘livre-miroir’, c’est parce qu’il reflète cette révélation — miroir d’un miroir, il réunit en un seul endroit ce qui est trop dispersé pour être facilement visible et le porte ainsi à la connaissance du lecteur.” *Id.*, p. 158.

crítico, a Idade Média presenciou a dispersão do “simbolismo catóptrico”. A metáfora especular continuou sendo usada, mas “on ne reconte plus, pendant longtemps, de réflexions philosophiques approfondies sur le miroir” (*Id.*, p. 133), o que efetivou a dispersão do simbolismo. Todavia, no séc. XII, já distanciado das reflexões dos pensadores da Antigüidade tardia, mas guardando alguns de seus reflexos, o símbolo catóptrico é “reinventado” a partir de algo novo:

Au début du XIIe. siècle apparaissent en revanche deux “miroirs” qui inaugurent quelque chose de nouveau: le *Miroir de l’Eglise* d’Honorius Augustodunensis et le *Miroir des vierges*, anonyme. Pour la première fois le titre de “miroir” est ici incontestablement suivi d’un autre mot qui en précise le sens, et ce titre s’applique à des œuvres qui ne sont pas des florilèges de textes sacrés ou écrits par des saints, mais composées personnellement par des écrivains qui parlent (même quand ils sont anonymes) en leur nom propre. Au lieu de continuer une vieille tradition, ces œuvres constituent donc un véritable départ: celui du genre littéraire ayant pour titre le mot ‘miroir’ suivi d’un substantif au genitif ou (un peu plus tard) d’un adjectif. (*Id.*, p. 159)

A proposição de um gênero que se caracterizaria particularmente pela presença da palavra “espelho” no título dos livros, por mais surpreendente que possa parecer, nada possui de simples. O termo presente nos títulos carrega consigo, neste momento, toda a pluralidade de significados que se foi construindo ao longo dos séculos ao redor do simbolismo catóptrico, tornando a obra “le lieu de jonction entre une structure philosophique et des formes d’élaboration littéraire, qui organisent le contenu de l’œuvre en fonction d’une vision particulière du monde ou de la destinée humaine” (*Id.*, p. 212).

Analisando fundamentalmente em seu estudo os “espelhos” de fundo religioso, Jónsson não descarta que a dispersão do símbolo catóptrico na Idade Média tenha produzido outros “espelhos”, de fundo laico. O sentido de modelo (“miroir-modèle”) e, mais ainda, o caráter pedagógico que o símbolo catóptrico, entre tantos, assumiu na Idade Média estão com certeza na origem de obras pertencentes ao gênero *espelho de príncipe* (*Id.*, p. 152).

Nessas obras, a imagem especular carrega um propósito mais nitidamente didático —na medida em que se propõe a delinear um ideal de governante—, do que nas obras fundadoras do gênero, nas quais o *espelho* é algumas vezes “modelo”, outras vezes, instrumento de auto-conhecimento, outras ainda, caminho de ascese do homem em direção à divindade. Os *espelhos de príncipe* desempenham mais claramente, como vimos, um papel de manual de ensino sobre o exercício do bom governo.

As considerações de Jónsson levantam pontos importantes sobre a constituição do gênero *speculum*,¹⁰ mas ainda não nos encaminham para uma definição mais objetiva, pois não têm no horizonte de suas pesquisas os escritos políticos. Qual caminho seguir para encontrarmos a melhor caracterização do *espelho de príncipe*?

Francis Cairns propõe que na definição de um gênero seja levado em conta “primary elements” e “secondary elements”.¹¹ Os primários (“Persons”, “Situation”, “Function”, “Communication logically necessary for the genre”, entre outros) seriam aqueles que delimitariam o gênero em sua especificidade, distinguindo-o de todos os outros gêneros. Já os secundários, identificados com os tópicos, “are the smallest divisions of the material of any useful for analytic purposes. Their usefulness lies in the fact that they are the commonplaces which recur in different forms in different examples of the same genre” (*Id.*, p. 6). Todavia, apesar de os tópicos, ou elementos secundários, contribuir com a definição

¹⁰ Em texto anterior ao de Jónsson, Ritamary Bradley preocupa-se com a fonte originária da palavra *speculum*, de onde derivariam os diversos sentidos que o termo assumiu ao longo dos séculos. Segundo Bradley, saber as origens “of the *mirror* allusion should in the first place open up in some degree our interpretation of many *specula* written during the Middle Ages”, Ritamary Bradley, “Backgrounds of the Title *speculum* in Mediaeval Literature”, *Speculum*, 29 (1954), pp. 100-115. Resumidamente, para Bradley, o termo *speculum* proviria dos escritos de Sto. Agostinho, particularmente de seus comentários ao Salmo 103, cuja significação básica —por meio do espelho vemos-nos como somos e como deveríamos ser— estaria no centro de quase toda literatura especular. Bradley rastreia nesse mesmo sentido em toda literatura pós-Sto. Agostinho, até aproximadamente o séc. XVIII, a metáfora especular.

¹¹ Francis Cairns, *Generic Composition in Greek and Roman Poetry*, Edinburgh University Press, Edinburgh, 1972, p. 6.

de um gênero, segundo Cairns, “the primary elements are the only final arbiters of generic identity since any particular individual topos (secondary element) can be found in several different genres” (*Id.*, p. 6). Quais serão, assim, os “primary elements” do *espelho de príncipe*?

Um “elemento primário” que poderia ser arrolado como caracterizador do gênero está no âmbito do que Cairns denomina “persons”, ou seja, os indivíduos partícipes do discurso que se constrói. Neste sentido, sabe-se que a grande maioria desses tratados é sempre escrita por um homem sábio que se propõe a transmitir seus ensinamentos sobre a construção do bom governo a um monarca, a quem, via de regra, dedica a obra. Por diversas vezes, o próprio príncipe solicita àquele para que redija ensinamentos e conselhos que o orientem e auxiliem no regimento do reino. A relação de “servidão intelectual” estabelecida entre súdito e senhor, a junção do propósito educativo sobre a arte de governar e o estabelecimento daqueles entre as personagens fixas podem, assim, compor um “elemento primário” definidor do gênero *espelho de príncipe*.

Um segundo “elemento primário” pode ser estabelecido a partir do propósito que inspira a construção desses tratados. Relacionado com o que Cairns denomina “function”, o elemento que revela a *função* para a qual se direciona o gênero ajudaria a definir sua especificidade e a distingui-lo dos demais gêneros. O que pretendem esses escritos? Nas palavras de Buescu: “fixar a imagem do perfeito governante”. Para isto se dirigem todos esses escritos. Ainda que, como afirma Born, “the writers of these centuries considered the real in terms of the ideal”, os tratadistas têm como propósito “nothing less than the pattern of the perfect prince” (*op. cit.*, p. 470). Podemos, assim, tomar essa preocupação com o delinear uma imagem exata do príncipe perfeito também como um “elemento primário” distintivo do *espelho de príncipe*.

Os diversos *topoi* apontados por Buescu como comuns aos *espelhos de príncipes*, ao que se poderá acrescentar muitos outros, podem também servir de guia na definição pretendida. Estabelecer

uma relação, a mais extensa possível, desses *topoi*, seus usos mais comuns, as diversas formas que assumem no discurso etc. servirá como norte não apenas na identificação dos *espelhos* como também em sua análise. Todavia, como vimos acima, deve-se levar em conta o que sustenta Cairns: a presença dos “secondary elements” em outros gêneros similares impede que eles sejam determinantes na definição de um gênero particular, podendo, no entanto, junto com os “elementos primários”, colaborar naquela delimitação.

Não cabe no âmbito deste trabalho o levantamento de todos elementos que nos permitiriam definir o *espelho do príncipe*. Contudo, é possível dar um passo a mais na discussão, qual seja, afirmar a necessidade de pensá-la a partir de um ou vários modelos e de variantes destes. A eleição deste modelo, está claro, não poderá se dar antes da definição do gênero. O melhor caminho possivelmente seja o da análise de algumas das mais famosas obras consideradas pela crítica como *espelhos de príncipe*, a partir dessa, o estabelecimento de características próprias e distintivas do gênero e, por fim, a eleição de um modelo. Nesse sentido, a tradição crítica sobre esses escritos leva-nos de imediato, pelo menos, a três obras: o *Policraticus*, de João de Salisbury (1159), *De Regimine Principum*, de Sto. Tomás de Aquino (1265-1266) e a obra homônima de Egídio Romano (1287).¹² Esta mesma crítica, no entanto, é uníssona em afirmar como modelo mais perfeito a obra deste último, entendida como aquela que dá a conformação definitiva do gênero.¹³

¹² Seguimos a datação da escrita dos textos estabelecida por Lester K. Born, *op. cit.* p. 471, n. 4; 480, n. 2; e 488, n. 1.

¹³ Cfr.: “Aegidius is much more definite than some of his predecessors in his ideas of the state and of the ‘perfect prince’”, Born, *op. cit.* p. 488; “opera maggiore del genere [...] il *De regimine principum* di Egidio Romano, modellato in buona parte sul suo precedente tomista, si presenta però con caratteri di sistematicità che ne fanno un *unicum* nel suo genere”, Quaglione, *op. cit.*, p. 116, itálico do autor; “Seria contudo a obra de Egídio Romano [...] que assumiria, de forma indiscutível, o estatuto de modelo desta literatura normativa”. Buescu, *op. cit.*, p. 37.

Summa do pensamento medieval sobre a realeza, nas palavras de Quaglioni (*op. cit.*, p. 116), o *De Regimine Principum*, de Egídio Romano, foi excepcionalmente difundido por toda a Europa, exercendo ampla influência sobre a literatura política no seu tempo e nos três séculos seguintes, tendo sido traduzido para boa parte das línguas européias. Redigida por solicitação de Felipe II, o Belo,¹⁴ de quem Egídio Romano foi servidor, a obra traça com exatidão o perfil do príncipe ideal, do príncipe desejado. Retomando a divisão tripartite, estabelecida por Sedúlio de Liège, no *De Rectoribus Christianis* (854), de que o príncipe deve ser observado e educado enquanto indivíduo, chefe de família e governante (Ana I. Buescu, *op. cit.*, p. 37), *De Regimine Principum* organiza-se em três livros, nos quais minuciosa e sistematicamente se apresentam e se discutem as qualidades pertinentes ao príncipe no desempenho de cada um daqueles papéis que lhe dão a completude, bem como se apontam os vícios que deve evitar para que alma, casa e reino não sejam destruídos pelo domínio das paixões.

A preeminência da obra de Egídio Romano sobre os seus antecessores,¹⁵ não desconsiderando a dívida para com os mesmos, e a influência que exerceu nos tratados posteriores permitem sugerir que se tome *De Regimine Principum* como modelo a partir do qual se construa uma definição do gênero *espelho de príncipe*. Vale ressaltar que os “elementos primários” e os “secundários” acima apontados são facilmente identificados no tratado de Romano.

Por outro lado, ainda que não se tenha definido o gênero *espelho de príncipe*, sabe-se que na esteira de seus propósitos e no sucesso de algumas de suas obras, ao longo dos séculos, foram

¹⁴ “vuestra gloriosa nobleza me demandó muy enomorosamente que yo compusiese un libro de doctrina por la cual doctrina e governmentio, según razón e según ley, pudieseis naturalmente gobernar vuestro reyno” Egídio Romano, *Regimiento de los principes*, trad. de Juan Garcia de Castrogeriz, ed., estudio preliminar y notas de Juan Beneyto Perez, Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1947, v. 6, p. 6.

¹⁵ Para Buescu “esta preeminência explica-se talvez porque, para lá da dimensão eminentemente ‘política’ e cristã na representação do príncipe, [a obra] contemplava também uma dimensão mais ‘humana’, relativa a práticas e comportamentos”, *op. cit.*, p. 37.

sendo produzidos textos que se aproveitavam, à revelia das conveniências, de temas e de estruturas que lhe são comuns. Este facto é que possibilitou, por exemplo, a Nair de Nazaré Castro Soares ampliar significativamente o leque de obras consideradas pertencentes ao gênero. Este é o caso, também a nosso ver, do *Leal conselheiro* que, apesar de apresentar peculiaridades problematizadoras para uma definição objetiva, pode, ao mesmo tempo, nos ajudar a melhor pensar o *espelho* como gênero.

Obra do monarca português D. Duarte, o *Leal conselheiro*¹⁶ pouco tem sido considerado dentro de uma perspectiva política pela crítica especializada. Lido como um manual sobre virtudes e vícios, um tratado da “moral filosofia”, os propósitos políticos que também conformam a obra vêm sendo preteridos pelos aspectos morais e filosóficos. Mesmo sua estruturação, de modo geral mal entendida, tem levado os críticos a considerá-lo mais como uma “miscelânea” de escritos do rei, do que um tratado com alguma coesão interna e propósitos definidos.¹⁷ Só muito recentemente, começou-se a tomar a obra duartina em perspectivas cultural, política e histórica, buscando a inserção do *Leal conselheiro* no campo das mentalidades portuguesas.¹⁸

Tanto Nair de Nazaré Castro Soares como Ana Isabel Buescu, que observaram mais de perto a produção portuguesa dos *espelhos de príncipe*, consideram o *LC* ligado à tradição desses escritos.¹⁹ O diálogo ou o aproveitamento de dois dos mais famosos *espelhos de príncipes* medievais — o *Regimento de príncipes*, de Egídio Romano, e o *Segredo dos segredos*, do Pseudo-

¹⁶ Duarte (Dom), *Leal conselheiro*, ed. crít., intr. e notas de Maria Helena Lopes de Castro, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998. As citações do *Leal conselheiro*, designado daqui a diante por *LC*, serão feitas a partir desta edição e acompanhadas do número da página entre parênteses.

¹⁷ Estabelecemos uma discussão mais detalhada sobre essas questões em nosso trabalho “Os leais e prudentes *conselhos* de El-Rei D. Duarte”, em *A literatura doutrinária na corte de Avis*, coord. por Lénia Márcia Mongelli, Martins Fontes, São Paulo, 2001, pp. 245-305.

¹⁸ Vid. José Gama, *A filosofia da cultura portuguesa no “Leal Conselheiro” de D. Duarte*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.

¹⁹ Para Soares, o *LC* está “repassado de afinidades ideológicas com este gênero de literatura (os *espelhos de príncipes*)”, *op. cit.*, p. 234. Também Buescu, *op. cit.*, p. 46 e ss.

Aristóteles— nos capítulos em que trata da virtude da prudência, é apontado de modo geral como o momento em que o *LC* mais se aproxima do gênero em questão.²⁰ Buescu chama atenção de algo pertinente para se pensar a inserção do *LC* entre os *espelhos de príncipe*. Tratando do que denomina “marcas da diversidade” relativas aos *espelhos de príncipe* produzidos durante o governo de D. João III de Portugal, afirma que

a feição normativa que caracteriza certos tratados *ad usum delphini* que, para lá do ofício régio, codificam modelos de comportamentos sociais, atitudes, regras e condutas, ainda que originariamente destinados aos príncipes, diz na prática respeito aos círculos mais próximos do príncipe, isto é, a corte, e portanto os nobres; nesse sentido, ganham —não de forma tão inesperada como possa à primeira vista parecer— um alcance sociologicamente mais alargado, como modelo não só para o príncipe, mas também para os nobres. (*op. Cit.*, p. 61)

Para Buescu, podemos pensar em variantes do gênero, obras que, mantendo o caráter normativo, dirijam-se não exclusivamente ao príncipe, mas também ao homem nobre, ou mesmo uma obra inteiramente dedicada a este. Lembre-se que este alargamento dos destinatários foi identificado por Soares nos esboços de definição que apresentamos. Nesta perspectiva, cremos, pode-se melhor interpretar a obra de D. Duarte.

Dialogando com a tradição dos *espelhos de príncipes*, da qual é nitidamente devedor, o *LC* se embrenha por uma variante do gênero, já sugerida pelo próprio título. Por sinal, no “Prólogo”, a princípio, uma afirmação permite-nos identificar o “conselheiro” do título com a figura de D. Duarte:

Pode-lo-ees, se voz praz, chamar (ao livro) “leal conselheiro”, porque ainda que me nom atreva certificar que dá em todo boos conselhos, sei que lealmente é todo scripto quanto meu pequeno

²⁰ Analisamos o diálogo do *LC* com os dois *espelhos de príncipe* citados e o papel da prudência na construção do ideal político da obra em nosso artigo “Um espelho real: o *Leal conselheiro* na perspectiva dos ‘espelhos de príncipes’ medievais”. Em *Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*, Leão Ângela Vaz e Bittencourt, Vanda (Org.), EdPuc-MG, Belo Horizonte, 2003, pp.540-549.

saber, embargado em todo geeral regimento de justiça, conselhos e todas outras proveenças de meus reinos e senhorio. (p. 8)

Pelo que se diz, entende-se que D. Duarte se afirma como um “conselheiro” que tem na “lealdade” uma de suas qualidades, daí sua obra se chamar “leal conselheiro”. Porém, a seguir àquele fragmento, continua o rei:

E filhai-o per ũu A B C de lealdade, ca é feito principalmente pera senhores e gente de suas casas que na teorica de taes feitos em respeito dos sabedores por moços devemos seer contados, pera os quaes A B C é sua própria ensinança. (p. 9)

Depreende-se, todavia, deste trecho que a “lealdade do conselheiro” é o conteúdo da obra. A metáfora pedagógica do A B C permite-nos inferir que o *LC* é um tratado sobre a “lealdade”, atributo principal de um conselheiro. Desta forma, mais que *espelho de príncipe* pode-se falar aqui numa variante ou espécie daquele gênero, um *espelho do conselheiro*.²¹ Atente-se para o fato de que se mantém, independente da variação, o caráter pedagógico e o propósito educacional que encontramos nas obras dedicadas a formar o príncipe. Não pretende D. Duarte, no entanto, “fixar a imagem do perfeito governante”, mas sim delinear com exatidão o “leal conselheiro”.

Outro dado sobre a variante do gênero diz respeito ao fato de o *LC* estabelecer uma inversão significativa naquilo que apontamos como um dos possíveis “elementos primários” para a definição do *espelho de príncipe*: os indivíduos partícipes do discurso. Ora, o *LC* é escrito por um rei, que, à altura em que escreve, poderia dedicar sua obra à orientação do filho, o jovem príncipe e futuro rei D. Afonso V, estabelecendo dessa forma relação semelhante à que encontramos nos *espelhos*. No entanto, a D. Duarte seu tratado “parece que principalmente deve pertecer pera homens da corte

²¹ A classificação do *LC* como um “espelho do conselheiro” é ainda uma hipótese de interpretação da obra de D. Duarte, mas que tem, na Península Ibérica, segundo Nair de Nazaré Castro Soares, símiles nos séculos XVI e XVII (op. cit., p. 181 e ss). Outro exemplo de perspectiva semelhante à de *LC*, é a obra de Lorenzo Ramirez de Prado, *Consejo y consejero de príncipes*, ed. e prólogo de Juan Beneyto, Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1958.

que algũa cousa saibham de semelhante sciencia” (p. 11). O rei dirige-se aos “homões da corte”, aos senhores de seu reino. O que se percebe é que uma tópica recorrente nos *espelhos de príncipes* – a importância de bem escolher e de saber ouvir os conselheiros – ganha estatura de tema central no *LC*. Aquilo que era necessário, na visão dos “homens sábios”, ensinar aos monarcas torna-se aqui preocupação do próprio governante, que despende esforços na escrita de uma obra em que busca orientar aqueles que privam de sua companhia e que têm por obrigação auxiliá-lo no governo do reino.

Pode-se pensar, assim, que a perspectiva assumida pela obra de D. Duarte carrega algo de original dentro desta tradição de escritos políticos. Mais do que isso, esse “algo de original” obriga-nos a considerar as dificuldades que enfrentará qualquer tentativa de definição do gênero *espelho de príncipe*. A imposição de características muito restritivas ou, ao contrário, a aceitação de limites por demais amplos, parece-nos, serão improdutivos: o primeiro, por não levar em conta as variantes concretamente existentes; o segundo, por dificultar a melhor intelecção desses escritos, cuja importância dentro do pensamento político medieval é incontestável. Seja como for, o aprofundamento dos estudos sobre as especificidades do gênero certamente muito contribuirá para a compreensão do porquê da escolha desse tipo de discurso pelo homem medieval, bem como ajudará a entender-lhe o sucesso. Além, é claro, as próprias obras.